

## **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 124, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.**

*“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos à empresa Novo Industries Ltda., nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências”.*

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

### **LEI**

**Art. 1º .** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos fiscais e econômicos, nos termos da Lei Municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, à empresa Novo Industries Ltda., CNPJ nº. 02.640.793/0001-39, destinado a expansão da empresa no Município, para o desenvolvimento de suas atividades, conforme dispõe seu Contrato Social.

**Parágrafo único.** Os incentivos fiscais e econômicos deferidos nesta lei são os seguintes:

**a)** Concessão de 200(duzentas) horas máquina de retroescavadeira hidráulica;

**b)** Cessão de uso de área pertencente ao Poder Público municipal, na zona urbana do Município, pelo período de 05(cinco) anos, com possibilidade de prorrogação por mais 05(cinco) anos, para expansão das instalações da empresa beneficiária devendo, ao final deste período, ocorrer a imediata permuta da área, nos termos descritos nesta Lei;

**c)** Permuta de bem imóvel público, ao final do período descrito na alínea b, do parágrafo único, deste artigo.

**Art. 2º.** A área a ser cedida em uso à empresa Novo Industries Ltda., encontra-se na zona urbana do Município, no Distrito Industrial, inserida em um todo maior de 22.650m², constante da Matrícula do Registro de Imóveis de Guaíba de nº. 37.262, Livro nº. 02, do Registro Geral.

**Parágrafo único.** A fração de área de 4.524,05,00m<sup>2</sup>, denominada de Fração A5, que será cessionada à empresa beneficiária, foi devidamente avaliada pela Comissão Permanente de Avaliação de Áreas do Município em R\$ 173.044,00 (cento e setenta e três mil e quarenta e quatro reais) e encontra-se localizada na Zona Industrial do Município de Eldorado do Sul, no lugar denominado Flor do Conde, contendo as seguintes medidas e confrontações:

**“Uma Fração de terras denominada A5, com 4.524,05m<sup>2</sup> (*quatro mil quinhentos e vinte e quatro metros e cinco décimos quadrados*), medindo 27,00m (*vinte e sete metros*) de frente, ao LESTE, no alinhamento do Cul-de-Sac do Acesso ao Condomínio Empresarial, distante 383,64m (*trezentos e oitenta e três metros e sessenta e quatro centímetros*) do alinhamento da Estrada do Conde, que lhe fica ao LESTE, 37,00m (*trinta e sete metros*) no alinhamento do Cul-de-Sac do Acesso ao Condomínio Empresarial, onde também faz frente ao SUL; 23,00m (*vinte e três metros*), ao LESTE na divisa com a Fração A4; 50,00m (*cinquenta metros*), ao OESTE, na divisa com terras que são ou foram de Cerâmica Decorite S/A; 110,36m (*cento e dez metros e trinta e seis centímetros*), ao NORTE, na divisa com terras que são ou foram de Cerâmica Decorite S/A.; 73,36m (*setenta e três metros e trinta e seis centímetros*), ao SUL, na divisa com terras que são ou foram de Nilton Heller Fichtner.”.**

**Art. 3º.** A cessão de uso sobre a área descrita no artigo anterior será formalizada atendendo aos critérios e exigências desta Lei e da Lei Municipal nº. 1.985/05, em especial aquelas contidas no artigo 4º, no que se refere a comprovação de regularidade da empresa beneficiária perante a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal, o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, e o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

**Art. 4º.** À área descrita no art. 2º. desta Lei, é vedado dar utilização diversa da prevista na cabeça do art. 1º. do presente diploma legal, assim como transferir, a qualquer título, abandonar ou desativar a unidade instalada no Município, antes de comprovado o retorno do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS em montante equivalente aos benefícios econômicos referidos no parágrafo único do artigo 1º, sob pena de devolução dos incentivos recebidos e desfazimento da cessão de uso do bem imóvel com a retenção das benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas, sem direito a indenização, à empresa beneficiária, por parte do Município.

**Art. 5º.** A empresa beneficiária terá o período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Concessão de Incentivos, para dar início às obras de expansão da área cedida em uso, nos termos descritos no art. 1º. desta Lei, devendo esta condição ser comprovada, pela empresa beneficiária, no processo de incentivos fiscais e econômicos.

**Parágrafo único.** Em ocorrendo situações fortuitas ou de força maior, poderá a empresa beneficiária, através de requerimento fundamentado, solicitar a prorrogação do prazo descrito na cabeça deste artigo, uma única vez, por mais 06 (seis) meses, sendo condicionado esta concessão a análise pela Secretaria da Fazenda e Procuradoria Jurídica, com a concordância do Prefeito Municipal que estiver em exercício.

**Art. 6º.** No caso de a empresa beneficiária não iniciar as obras de expansão no prazo estabelecido no artigo anterior e não requerer a prorrogação contida no parágrafo único do mesmo artigo, deverá o Município, por analogia, operar a previsão estabelecida no artigo 562 do Código Civil Brasileiro, e no parágrafo único da Lei Orgânica deste Município, restando revogada a cessão de uso realizada, por inexecução do encargo, não ensejando à empresa beneficiária qualquer indenização sobre as benfeitorias realizadas, que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

**§1º.** Excetuam-se as previsões da cabeça deste artigo, se o início das atividades de expansão for inviabilizado por eventual ação de órgãos licenciadores, devendo ser acrescido ao prazo previsto para o início das obras de expansão, o tempo de atraso decorrente da referida ação do órgão licenciador oficial.

**§2º.** Para efeitos desta Lei, considera-se como início das obras o momento de conclusão da fundação.

**Art. 7º.** A continuidade dos benefícios econômicos de que trata o parágrafo único do artigo 1º. desta Lei fica condicionada à comprovação das seguintes previsões:

**I-** Do retorno do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que deverá ser verificado a partir do início das obras de expansão da empresa, nos prazos previstos no art. 5º. desta Lei, devendo ser atendidos os números projetados no Estudo de Viabilidade Econômico e Fiscal – EVEF, realizado pela Secretaria da Fazenda municipal;

**II-** Do início das atividades de expansão da empresa nos prazos e condições estabelecidos no artigo 5º. desta Lei;

**III-** Da utilização da área cedida em uso para fins exclusivos de ampliação e funcionamento da empresa, conforme dispõe seu Contrato Social.

**§ 1º.** A verificação de retorno do ICMS de que trata o inciso I deste artigo, deve ocorrer através da análise das GIAS – Guia Informativa Anual Modelo B, emitidas pela Secretaria Estadual da Fazenda, ou da DASN – Declaração Anual do Simples Nacional, emitidas pela Secretaria Nacional da Receita Federal, conforme o enquadramento

fiscal da empresa, ficando sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda Municipal proceder esta verificação e análise, até os seis meses anteriores ao término dos primeiros 05(cinco) anos de concessão dos incentivos, considerando para tanto a data de início das obras de expansão da empresa beneficiária.

**§ 2º.** Ao fim de 05 (cinco) anos, contados da data de início das obras de expansão da empresa beneficiária, verificado que o montante arrecadado com o retorno do ICMS pelo Município, reflexo das atividades por ela desenvolvidas neste período, foi inferior ao valor dos incentivos recebidos e referidos no parágrafo único do art. 1º. desta Lei, deve a EMPRESA BENEFICIÁRIA recolher aos cofres públicos municipais o valor correspondente à diferença comprovada entre o valor retornado de ICMS ao Município, no período acima mencionado, e o valor dos incentivos concedidos, devidamente atualizados, pelo índice oficial do Município, bem como proceder a imediata permuta da área cedida em uso não ensejando à empresa beneficiária qualquer indenização sobre as benfeitorias realizadas, que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

**Art. 8º.** A área a ser adquirida e permutada pela empresa beneficiária, relativo ao benefício econômico descrito na alínea “b”, do parágrafo único, do art. 1º. desta Lei, deve ter aceitação prévia da administração municipal e anuência do poder legislativo municipal, devendo corresponder ao valor da área descrita no parágrafo único, do artigo 2º, desta Lei.

**§ 1º.** A efetivação da permuta prevista na alínea “c” do parágrafo único, do artigo 1º desta Lei, fica condicionada à avaliação da área pela Comissão Permanente de Avaliação de Áreas do Município, ou a outra Comissão que venha a ser nomeada no momento oportuno.

**§ 2º.** No momento da realização da permuta, pela empresa beneficiária, deve a Secretaria da Fazenda proceder a atualização monetária, pelos índices oficiais do Município, da avaliação anteriormente realizada pela Comissão de Avaliação de Áreas do Município, sobre a área pertencente ao Município e que está em poder da empresa, por ocasião da cessão de uso.

**Art. 9º.** Como contra-partida aos incentivos econômicos concedidos pelo Município, a empresa Novo Industries Ltda. se obriga a manter, durante o período em que gozar dos benefícios econômicos, os 34 (trinta e quatro) postos de trabalho diretos que atualmente oferece, bem como manter um veículo que possui, em nome da empresa, com emplacamento no Município de Eldorado do Sul.

**Art. 10.** O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei, bem como o não atendimento dos números projetados no Estudo de Viabilidade Econômico e Fiscal – EVEF, realizado pela Secretaria da Fazenda municipal, ensejará a perda dos incentivos deferidos no parágrafo único do art. 1º, desta Lei, a partir do momento em que

se concretizou o descumprimento, devendo a empresa beneficiária recolher aos cofres públicos municipal o valor correspondente à diferença comprovada entre os benefícios obtidos e o valor retornado de ICMS ao Município, devidamente atualizados pelos índices oficiais do Município, bem como realizar a imediata permuta da área cedida em uso não ensejando à empresa beneficiária qualquer indenização sobre as benfeitorias realizadas, que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

**Art. 11.** Comprovada a má fé na utilização dos incentivos concedidos nesta Lei, o Poder Público exigirá a imediata reposição do montante concedido a título de incentivo, acrescido de multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o total, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis, bem como procederá a imediata revogação da cessão de uso sobre a área descrita no art. 2º da presente Lei, não ensejando a empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

**Art. 12.** Em caso de alteração no ato constitutivo da empresa beneficiária, cabe a esta fornecer ao Município cópia autenticada da alteração, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, para posterior edição de aditivo ao Termo de Concessão de Incentivos Fiscais e Econômicos.

**Art. 13.** A empresa beneficiária, para manutenção dos incentivos previstos nesta lei, deve manter a regularidade fiscal, econômica e cadastral, em perfeitas condições, devendo apresentar as certidões e documentos contábeis que forem requisitados, cabendo a análise destes à Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Jurídica do Município.

**Art. 14.** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eldorado do Sul, 13 de setembro de 2011.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES.**  
**Prefeito Municipal.**

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**SIGRID PESENATTO.**  
**Secretária da Administração.**

**Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº. 124, de 13 de setembro de 2011, que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos à empresa Novo Industries Ltda., nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências”*.

O presente projeto de lei visa buscar autorização legislativa para conceder incentivos econômicos a empresa privada, nos moldes da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, visando trazer incremento de receitas, empregos e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida dos cidadãos do Município.

A empresa beneficiária demonstrou regularidade perante os fiscos municipal, estadual e federal, bem como frente ao INSS e Fundo de Garantia, mostrando-se idônea e confiável, atendendo o que determina a lei municipal nº. 1.985, de 2005, devidamente demonstrado através do Processo Administrativo nº.89.421.

Visando atender o que determina o artigo 1º da Lei Municipal 1.985, de 2005, a empresa beneficiária apresentou o respectivo projeto para a análise da concessão de benefícios fiscais e econômicos, onde constaram: propósito da empresa, estudo de viabilidade econômico-financeira justificando a intensão de expansão da empresa, previsão de geração e incremento na arrecadação de impostos municipais, cronograma de implantação e execução do empreendimento, geração de empregos, mercado consumidor, assim como, faturamento anual e projetado.

Cumpramos esclarecer que a empresa beneficiária já encontra-se instalada no Município de Eldorado do Sul e os incentivos pretendidos se destinam a ampliação da estrutura já existente, nos termos dos documentos anexados no processo administrativo nº. 89.421 e acima relacionados, tendo sido utilizado como parâmetro para a mencionada concessão as regras previstas na lei municipal nº. 1.985, de 2005.

Quanto a cessão de uso da área descrita neste Projeto, área esta pertencente ao Município, é forma de incentivo econômico previsto na legislação municipal nº. 1.985, de 2005 e se justifica pelo retorno que a empresa beneficiária Novo Industries Ltda., demonstrou que trará ao Município, através da análise de incentivos realizada pela Secretaria da Fazenda do Município.

Conforme dados econômicos e sociais apresentados pela empresa, ela, atualmente, emprega cerca de 34 (trinta e quatro) trabalhadores e pretende mantê-los ao longo do período dos incentivos.

Não bastasse a garantia de manutenção dos postos de trabalho já ofertados, é preciso ser considerado o montante a ser arrecadado com o retorno do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ao Município, reflexo das atividades desenvolvidas pela empresa.

Cabe ressaltar, que o retorno inicial de incremento projetado no repasse de ICMS ao Município, será de, aproximadamente, R\$ 73.060,66 (setenta e três mil, sessenta reais e sessenta e seis centavos) anuais, podendo chegar a R\$ 365.302,66 (trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e dois reais e sessenta e seis centavos). Nestes valores projetados temos que o índice atual de retorno em ICMS no Município será majorado em 0,58% ao ano, sendo que estes valores de retorno financeiro já iniciarão no primeiro ano de comercialização, ou seja, em 2011.

Levando em consideração apenas o montante projetado em relação ao retorno que o Município terá com o recolhimento do tributo acima citado, já existe viabilidade à concessão dos incentivos econômicos pretendidos neste projeto.

Nota-se uma retomada do crescimento, devido as ações tomadas nesta gestão administrativa. É mister continuarmos perseguindo o aumento da receita municipal, tendo em vista a necessidade de investimentos em todas as áreas da administração pública, visando o progresso e crescimento do Município de Eldorado do Sul.

A instalação de novas empresas no Município, através de projetos como este, têm proporcionado o incremento, de forma significativa, das receitas municipais, como taxas, impostos diretos e repasses estaduais e federais, impulsionando o desenvolvimento econômico, aumentando os postos de trabalho e proporcionando recursos para investimentos na melhoria da infra-estrutura local, gerando melhoria na qualidade de vida dos munícipes.

Neste contexto, uma vez que os incentivos propostos estão previstos na lei municipal nº. 1.985, de 2005 e não há infringência ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo em seu artigo 14, entendemos ser este projeto de lei meio adequado, legal e eficiente, destinado a atrair novas empresas ao Município, com o conseqüente aumento de arrecadação.

Contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, encaminhados o presente projeto de lei para análise e aprovação.

Atenciosamente.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES.**  
**Prefeito Municipal.**